

CENTROS ESCOLARES REPUBLICANOS



Em finais do século XIX a situação do ensino em Portugal era de grande atraso em relação ao que ocorria nos outros países europeus. A escolaridade nada tinha de semelhante com o que hoje se convencionou como ensino público. O ensino esteve, durante séculos, entregue a ordens religiosas, aqui, como em outros países nossos vizinhos, e só tardiamente apareceu o ensino laico. Os Seminários foram um alfofre de ensino e cultura onde se fazia o recrutamento de jovens vocações religiosas e onde outros, sem vocação, podiam ingressar e estudar até atingirem a instrução necessária à sua integração nas profissões seculares e no mundo do trabalho.

Nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX muitos contestavam este estado de coisas, contestações se foram acentuando na opinião generalizada de cidadãos preocupados com o grau de iletrados que constituíam a maior parte da população. O analfabetismo atingia uma percentagem que hoje considerariamos irreal, de cerca de oitenta por cento da população portuguesa.

Vivíamos assoberbados com as dificuldades inerentes aos povos subdesenvolvidos. As crises sucediam-se sem solução, umas atrás das outras.

Muitos cidadãos, que conheciam e conviviam com outras sociedades – sobretudo com as do norte da Europa, cujos países se encontravam em plena revolução industrial – estavam descontentes com o estado de coisas no país e com a má governação dos governos da Monarquia corrupta, que não demonstrava qualquer capacidade para a sua renovação. Nasceram movimentos republicanos por todo o lado, com o intuito declarado do derrube da monarquia, regime que já não servia os desígnios de um povo servo mas com uma longa história.

No seguimento das ideias recebidas do iluminismo francês, depressa os republicanos criaram associações e agremiações de carácter sócio-cultural que privilegiaram o problema da instrução básica como uma questão central da luta pela sobrevivência e independência do país. Daí o nascimento de pólos de intervenção sócio política e o investimento em Centros Escolares por todo o país, fundados por grupos de republicanos. Tratou-se de uma rede criada por grupos de cidadãos que, sem o saberem, estavam a contribuir para que se desse um passo gigantesco, não pelo tamanho, mas pela resposta a uma urgência do país: a alfabetização do povo. Não se tratou de um acto isolado, tão pouco da carolice serôdia de alguns: foi uma prova de vitalidade de grupos de pessoas que se reuniam para promoverem a instrução junto das classes mais desfavorecidas, para a sua educação, cultura, maior responsabilidade cívica e formação do sentido crítico. Este movimento, modesto à partida, mas logo reconhecido pela importância efectiva que teve, introduziu-se sempre em bairros populares onde soube inspirar a confiança e adesão dos residentes.

Dentro do sistema em que funcionava a Educação em Portugal, não deixa de ser meritória a proliferação desta rede de escolinhas, que chegavam onde o ensino nacional não penetrava, vindo, durante a República, a ser muito populares, a par dos Jardins Escolas João de Deus.

Com o apelo das ideias do iluminismo francês, depressa os republicanos criaram associações e agremiações de carácter sócio-cultural que privilegiando em larga medida o problema da instrução básica como um ponto central da luta pela sobrevivência e independência do país.

Os fundadores dos Centros Escolares Republicanos eram cidadãos que, além de aspirarem a uma mudança de regime, desejavam construir cidades novas, onde as crianças e seus pais pudessem alcançar uma base de instrução essencial: ler, escrever e contar. Os métodos utilizados nas escolas dos Centros eram aqueles que vigoravam na Europa mais desenvolvida, baseados na moderna psicologia infantil.

Não é, pois, de admirar que a maioria dos fundadores dos Centros Escolares Republicanos fossem homens e mulheres comprometidos com o movimento republicano, com a maçonaria, e até alguns monárquicos que, como se usa dizer hoje em dia, «tinham um sonho para Portugal»

Estes cidadãos foram precursores do ensino público e privado laico, estavam conscientes dos valores que eram transmitidos nessas escolinhas de cidadania, onde, depois das horas lectivas dedicadas à instrução, havia tempo para a intervenção e participação política, através de reuniões organizadas pelos partidos a que os sócios pertenciam, gerando-se, muitas vezes, debates e conferências sobre os mais variados temas. É de frisar o facto de, além das aulas para as crianças filhos dos sócios, haver ainda aulas para os pais.

Estes republicanos podiam desentender-se politicamente aqui ou além, mas outros valores fortes mantinham a união entre os sócios e fundadores. Unia-os o ideal da maçonaria, a que muitos pertenciam e que tinha como objectivo principal a busca da liberdade, da igualdade e da fraternidade, numa concepção Humanística onde a justiça e a tolerância eram condições de convivência. A República tinha como projecto principal a Educação, o que se revelou imediatamente nas leis saídas dos primeiros governos republicanos. Pretendiam, no seu ideal de cidadania, contribuir para formar cidadãos responsáveis que, através da instrução pudessem formar a sua própria identidade e, desse modo, participar no desenvolvimento rural e urbano do país.

As “Escolas Móveis” e os Centros Escolares Republicanos perfilhavam os objectivos de transformação da situação grave em que se vivia e pretendiam alterar a difícil questão social. O fosso existente entre as várias classes sociais só se poderia alterar desde que fosse combatida a desigualdade, e o primeiro propósito a atingir era a educação para todos. Não era por acaso que os centros estavam implantados em bairros pobres e populares onde proliferavam emigrantes vindos das províncias à procura de melhor vida, fugidos à pobreza do campo.

Muito se pode dizer sobre o que a I República fez ou deixou de realizar, mas não podemos ignorar o desejo de alcançar a mudança e o altruísmo de muitos dos seus seguidores.

É bom acentuar, no papel dos Centros, para além da aprendizagem básica, a formação cívica ministrada a quem fazia parte de qualquer centro, onde o convívio era fundamental e incrementado. Havia sempre programado pelo menos um piquenique anual, com ida ao campo, o que supõe a manutenção da relação com a natureza. O Teatro e todas as actividades artísticas, entre elas a música, a poesia e as artes plásticas,

fizeram sempre parte das actividades permanentes em todos os centros. E a prática da ginástica, necessária ao bom desenvolvimento físico. Deste modo assegurava-se o desenvolvimento completo do ser humano como era preconizado pelas modernas pedagogias.

Todavia, as actividades dos centros iam mais longe, sendo algumas do âmbito da participação e propriedade de jornais locais, regionais e nacionais. É o caso do jornal «O Debate» que teve entre muitos dos seus colaboradores sócios do C. E. R. de Algés, entre eles Henrique Marques Jr. e Ana de Castro Osório, que escreveu em diversos periódicos republicanos. Nos anos trinta sofreram as vicissitudes da Comissão de Censura que destruiu a liberdade de imprensa até à queda da ditadura.

Quando a I República caiu, com a revolução do 28 de Maio, muitos dos projectos iniciados foram cancelados. Apenas lembramos, a título de referência marcante na educação, o encerramento das Escolas Normais rude golpe para a educação das gerações de então. O Estado Novo tinha uma estratégia totalmente oposta ao conceito de cidadania e formação da juventude, baseada numa ideologia semelhante à praticada na Itália de Mussolini, pelo que toda a educação para a liberdade, laicismo e espírito crítico foi abolida. Os Centros com “cheiro” a republicanismo foram de uma forma ou de outra neutralizados, perseguidos e maltratados pelo governo da ditadura. O governo de Salazar não via com bons olhos a herança republicana na educação dos portugueses, ainda que representada por uma parcela mínima de alunos dos Centros que restavam dos anos de entusiasmo e dedicação dos fundadores.

Veio o ensino único, a separação dos sexos, onde a ordem, a religião e a família eram os vectores centrais da educação dos jovens. Com a mudança do regime também veio a Mocidade Portuguesa obrigatória para todos os estudantes, desde a primária ao secundário.

Depois da perspectiva aberta do projecto educativo dos primeiros anos do Século XX, seguiu-se a retoma da influência da Igreja, aliada do Estado durante todo o período dos quarenta e oito anos de ditadura.

Na verdade, a ideologia fomentada pelo Estado Novo nunca aceitou a escola laica, representada por instituições republicanas e, muito menos, que tivesse na sua constituição uma organização iniciática que o regime condenou e ilegalizou.

Como controlar uma rede de escolas populares quando os princípios que as orientam são dominados por conceitos democráticos? As normas para a educação iam num sentido diametralmente oposto. Liberdade de pensamento? Onde já se viu isto?

Com o andar dos anos e o avançar do sistema educativo nacional, os Centros foram perdendo alunos, que transitaram para escolas oficiais. O ensino público primário estendeu-se a todo o país, com excepção dos Jardins de Infância que tardaram e foram uma das feridas do ensino.

As cidades cresceram, os bairros mudam e deram origem a artérias modernas; o que correspondia aos anseios de gente generosa de um tempo passado, transforma-se e adapta-se aos tempos vindouros. Foi o que aconteceu a muitos Centros Republicanos que funcionaram, como dizem os seus estatutos, para o bem da instrução e desenvolvimento global da juventude das classes mais desfavorecidas. Muitos dos cidadãos que passaram pelos Centros como educandos não esqueceram os ensinamentos que receberam e disso deram testemunho na sua vida profissional e cívica.

Foram e são cidadãos conscientes do que é participar na construção do futuro, na construção da democracia, na construção da cidadania. Muitos dos Centros, que não conseguiam sobreviver sem apoios económicos, converteram-se em centros recreativos como solução possíveis. Das várias dezenas de centros criados no princípio do século XX, restam alguns em actividade. Uns funcionam como associações de convívio, com actividades Culturais, educativas e sociais.

Depois do 25 de Abril houve centros sobreviventes que obtiveram e continuaram a manter o apoio pedagógico necessário e indispensável do Ministério da Educação, na sua extensão ao ensino particular.

Dei comigo a participar nestas estruturas cívicas na sequência natural da tomada de consciência social, cultural e política depois da abertura havida no país, depois do 25 de Abril. A força da cidadania foi mais forte do que a indiferença e alheamento em que

vivera. A consciência revelou-se a favor do que era bom para uma certa dimensão da cidadania em democracia.

Mas não descobri nada sozinha, fui encaminhada por alguém que se dedicou de corpo e alma aos Centros Escolares Republicanos, Ramon de la Féria.

Dai que, a dado momento, encontrei-me directora pedagógica do Centro Escolar R. Almirante Reis, em anos próximos passados, Centro cuja localização é no Bairro da Mouraria. E lá, enquanto tivemos crianças inscritas na primária, mantivemos a vertente do ensino com os quatro anos de escolaridade.

Servimos sempre as populações residentes neste domínio da escolaridade, como também em serviços prestados aos sócios em virtude das carências de serviços naquela área antiga de Lisboa.

Outros Centros devem também ser nomeados: da Ajuda, que manteve a escola activa até há poucos anos; o C.E. R. Botto Machado, que só fechou portas quando perdeu o último aluno: nele tinham aulas os filhos dos funcionários do antigo Casão Militar que, assim, podiam ter os filhos perto do seu local de trabalho. Ainda, o C. E. R. Alferes Malheiro que, manteve a escola. Outro, o C.E.R. Magalhães Lima convertido em centro cultural. O C.E.R. Tenente Valadim que se dedicou ao desporto para jovens. Um outro em Lisboa, o Grémio Liberal de Campo de Ourique que é uma escola referenciada pela qualidade, além de muitos mais. Por exemplo, em Gouveia, o C.E.R. Botto Machado; no Porto o centro de Fanzeres, e o Latino Coelho em Coimbra. Como secretária-geral da Comissão Permanente dos Centros, função criada há anos pela inspiração cívica de Ramon de La Féria, pude alargar o conhecimento de uns e outros Centros e manter viva a comemoração anual da Implantação da República no dia 5 de Outubro.

Por tudo o que os centros representaram na vida cívica do país, receberam no mandato do Presidente Mário Soares a Comenda da Liberdade, justo reconhecimento do trabalho realizado em prol da cidadania e da liberdade. (1987)

Todos os anos reunimos os representantes dos Centros num acto cívico de Homenagem aos republicanos que lideraram a revolução do 5 de Outubro: diante da Estátua do antigo Presidente António José de Almeida, na Romagem aos mausolés do Almirante

Cândido dos Reis, de Miguel Bombarda, de Machado Santos e aos Heróis anónimos da revolução, seguido de almoço de convívio republicano.

Os Centros Escolares Republicanos vão participar, condignamente, nas comemorações do Centenário da República para o que estão a preparar-se.

Agora, no século XXI, outros destinos são lançados. Quando tudo se transforma, surgem novas solicitações. O saber e o conhecimento democratizaram-se. A participação no tecido social é o nosso trabalho, continuamos a missão de transmitir a mensagem e os valores daqueles que um dia tiveram um sonho e o realizaram. Neste novo século, de novas tecnologias, o espírito do democrata e do republicano activo tem de estar atento aos sinais de um mundo onde todos temos o direito de sermos iguais e livres, e contribuir para que outros cresçam e vivam reconhecendo-se dignos desses mesmos direitos.



Maria Helena Corrêa